

Demonstrações Financeiras

Verde 2 Energética S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Verde 2 Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Perfil Corporativo

A Verde 2 Energética S.A. (“Companhia” ou “Verde 2”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Rio Verde – GO, com principal atividade econômica vinculada à geração de energia elétrica e irá operar na modalidade PCH – Pequena Central Hidroelétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás (“PCH Verde 2 Baixo”), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24/01/2020.

As obras tiveram início em 2022 e, desde o princípio, o projeto se destacou pela busca de soluções eficientes que maximizem o potencial energético da região. Com duas casas de força e quatro turbinas Francis, a usina possui uma potência instalada de 21,5 MWm. O reservatório, projetado para cobrir uma área de aproximadamente 680 hectares e se estender por 16 quilômetros, é um componente fundamental para o sucesso da operação

Em novembro de 2024, teve início a operação em teste da Unidade Geradora 04, que posteriormente recebeu autorização para operação comercial por meio do despacho da ANEEL nº 3.587, datado de 25 de novembro de 2024. As Unidades Geradoras 1 a 3 foram autorizadas a operar em teste no dia 9 de novembro de 2024, com a liberação para operação comercial ocorrendo a partir de 8 de fevereiro de 2025, conforme o despacho da ANEEL nº 325, de 7 de fevereiro de 2025. Com isso, foi concluída a sincronização de todas as Unidades Geradoras, alcançando a plena capacidade de operação da usina.

Em 2025, conforme previsto para um primeiro ano de operação, foi um período de estabilização da geração, ajustes finos nas unidades geradoras. Para isso, foi necessário ajustes operacionais como a calibração das máquinas e dos sistemas de automação. Também foi realizada a troca da equipe de operação e manutenção terceira, sendo realizada a primarização da equipe de campo e do centro de operações remoto. Tais medidas resultaram em maior eficiência operacional e otimização de custos.

Desempenho Financeiro

Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ M)	2025	2024
Receita Operacional Líquida	24.725	20
Compra de Energia	-3.976	0
Despesa Operacional	-15.511	-212
Provisão de perda por redução de valor recuperável	-105.236	-115.513
Outras Despesas / Receitas	-3.570	41
EBITDA	14.590	-48
Resultado Financeiro	-13.845	3.334
Resultado antes do Imposto	-117.412	-112.330
IR/CSLL	-1.137	-3.297
Lucro Líquido	-118.549	-115.627
Margem EBITDA	59%	-233%

Diante de eventos inesperados como a Covid 19 e eventos macroeconômicos, houve aumento dos custos durante a fase de construção da PCH Verde 2 Energética. Em resposta a esse cenário, a Administração conduziu uma revisão detalhada do valor recuperável dos ativos vinculados ao projeto, em conformidade com as normas e diretrizes contábeis aplicáveis. Como resultado desse teste, foi constatado que o valor contábil dos ativos superou o respectivo valor recuperável, sendo necessária a constituição de uma perda por impairment no montante de R\$ 115.513, devidamente reconhecida nas demonstrações financeiras do exercício de 2024

No exercício de 2025, em continuidade ao processo de monitoramento do valor recuperável dos ativos vinculados à PCH Verde 2 Energética S.A., a Administração realizou um novo teste de impairment, motivado principalmente (i) por acréscimos adicionais nos custos totais de implantação do empreendimento, (ii) por uma perda pontual de receita observada no primeiro mês de operação comercial, decorrente de fatores operacionais específicos desse período inicial, e (iii) pela revisão da taxa média ponderada de custo de capital (WACC) que resultou em um aumento da taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa projetados.

A avaliação do valor recuperável foi efetuada com base no valor em uso dos ativos, determinado a partir da atualização dos fluxos de caixa futuros projetados, considerando as melhores estimativas da Administração quanto à geração de energia, preços, custos operacionais, investimentos remanescentes e a taxa de desconto compatível com os riscos específicos do empreendimento. A revisão da WACC refletiu a atualização das premissas financeiras relativas à estrutura de capital, ao custo do capital próprio e ao custo da dívida, em consonância com as condições de mercado vigentes.

O resultado desse teste indicou a necessidade de um registro de perda e adicional de R\$ 105.236. A Administração permanece focada na implementação de medidas estratégicas para mitigar os impactos desse cenário e garantir a continuidade eficiente do projeto, sempre com o objetivo de otimizar a geração de caixa no futuro. Todos os ajustes contábeis foram realizados com base nos princípios da prudência e transparência, assegurando que as demonstrações financeiras representem fielmente a realidade econômica e financeira do empreendimento.

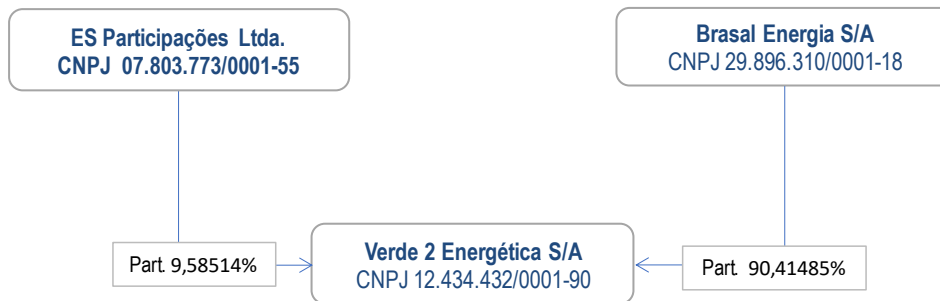
Responsabilidade com o meio ambiente

A sustentabilidade é o principal valor da Brasal Energia. Onde buscamos produzir reduzindo o consumo de recursos naturais planejando o futuro, assim, as próximas gerações podem também conviver com o meio ambiente equilibrado, baseando-se também nos pilares de responsabilidade socioambiental.

Outro aspecto da sustentabilidade diz respeito às ações socioambientais desenvolvidas por nossas empresas, de forma que possam mobilizar comunidades em busca do engajamento nas mais diversas causas, que vão desde a educação ambiental, até a preservação do meio ambiente e responsabilidade social nas regiões circunvizinhas.

Nossa Companhia

Estrutura societária



Governança e Integridade

Órgãos de assessoramento

Com o objetivo de apoiar na tomada de decisão nos diferentes níveis hierárquicos da Verde 2 Energia, a estrutura de governança dispõe de órgãos de assessoramento especializados em temas diversos.

- **Comitês Estratégicos:** agem como aceleradores do desenvolvimento e da definição de novas práticas de gestão. Com a identificação de oportunidades, elaboração e implementação de políticas adequadas a cada segmento de negócio, e permanente troca de conhecimento e boas práticas.

Mecanismos de *compliance*

Canal de ética

O Canal de Ética da Verde 2 tem como objetivo receber denúncias sobre condutas que não estejam em conformidade com as diretrizes do nosso Código de Ética e Conduta, nossas Políticas Internas e a legislação vigente. Esse instrumento facilitador visa estabelecer e preservar a confiança e a transparência nas relações entre todas as partes interessadas. Ele pode ser acionado a qualquer tempo via intranet ou internet.

Segurança da Informação

A proteção de dados pessoais, além de uma obrigação legal diante da vigência da recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), também é condição essencial para garantir o respeito à privacidade de cada indivíduo e a ética nos negócios. Essa responsabilidade está demonstrada nos compromissos que a Verde 2 assume.



Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Verde 2 Energética S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Verde 2 Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Shape the future
with confidence

Recuperação do valor de ativos imobilizados (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a diretoria da Companhia é responsável, para cada período de reporte, por avaliar se existe alguma indicação de que ativos imobilizados e/ou intangíveis de vida útil definida, possam ter seus saldos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação no uso normal de suas operações. Uma vez que foram detectados tais indicadores na Companhia, o teste de recuperabilidade desses ativos foi requerido, através da determinação do seu valor recuperável em uso. Conforme as notas explicativas 3.13.3 e 6 às demonstrações financeiras, o saldo de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2025, cujo valor total monta em R\$ 287.390 mil, foi submetido pela diretoria da Companhia ao teste de valor recuperável (impairment). Devido ao significativo julgamento envolvido na definição das premissas para cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) o exame de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa do ativo imobilizado; (ii) análise da correta aplicação do CPC 01(R1), por meio do exame da análise de indicativos e do cálculo do valor recuperável dos ativos, quando aplicável; (iii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela diretoria para identificação de indicativos de impairment e recálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, com o apoio de especialistas e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, exame da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto nas demonstrações financeiras. Como resultado destes procedimentos não identificamos a necessidade de complemento da provisão de perda ao valor recuperável.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar



**Shape the future
with confidence**

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas



**Shape the future
with confidence**

até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes'.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O



Verde 2 Energética S.A

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.534	690
Concessionárias, permissionárias e clientes	5	4.106	-
Tributos a recuperar		318	318
Adiantamento a funcionários		6	-
Adiantamento a fornecedores		234	-
Outros ativos		694	4
Total ativo circulante		6.892	1.012
Não circulante			
Outros créditos		7.265	6.617
Imobilizado	6	287.390	385.767
Intangível	6	3.935	-
Total ativo não circulante		298.590	392.384
Total do ativo		305.482	393.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	7	6.785	5.717
Empréstimos e financiamentos	8	5.832	3.409
Tributos a recolher		527	274
Obrigações trabalhistas		46	150
Outros passivos		35	6
Total do passivo circulante		13.225	9.556
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	174.619	167.254
Total do passivo não circulante		174.619	167.254
Patrimônio líquido	9		
Capital social		350.587	300.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		4.043	35.030
Prejuízos acumulados		(236.992)	(118.444)
Total do patrimônio líquido		117.638	216.586
Total do passivo		187.844	176.810
Total do passivo e patrimônio líquido		305.482	393.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A

Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	10	28.968	20
Custos de venda de energia/serviços de prestados	11	(21.153)	-
Lucro bruto		7.815	20
Despesas gerais e administrativas	12	(2.575)	(212)
Redução ao valor recuperável de ativos	6	(105.236)	(115.513)
Outras receitas e despesas, líquidas	13	(3.570)	41
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(103.566)	(115.664)
Receita financeira	14	883	9.718
Despesa financeira	14	(14.729)	(6.384)
Resultado financeiro, líquido		(13.846)	3.334
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(117.412)	(112.330)
Imposto de renda e contribuição social	15	(1.136)	(3.297)
Prejuízo do exercício		(118.548)	(115.627)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(118.548)	(115.627)
Resultado abrangente do exercício	<u>(118.548)</u>	<u>(115.627)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Subscrito	Capital a integralizar	Capital Social	Adiantamento para futuro Aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	204.600	(21.550)	183.050	-	(2.817)	180.233
Integralização de capital social		21.550	21.550	-	-	21.550
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	95.400	-	95.400	(95.400)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	130.430	-	130.430
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(115.627)	(115.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	300.000	-	300.000	35.030	(118.444)	216.586
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	50.587	-	50.587	(50.587)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	19.600	-	19.600
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(118.548)	(118.548)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	350.587	-	350.587	4.043	(236.992)	117.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(118.548)	(115.627)
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	12.939	103
Perda ao valor recuperável de ativos não financeiros	105.236	115.513
Juros debêntures	14.441	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	3.744	-
Despesas de imposto de renda e contribuição social	1.136	-
Variações em:		
Contas a receber	(4.106)	-
Adiantamento a funcionários	(6)	-
Adiantamento a fornecedores	(234)	2
Depósito judiciais	-	-
Outros ativos	(1.338)	(6.494)
Obrigações trabalhistas	(104)	138
Fornecedores	1.068	1.587
Outros passivos	29	-
Tributos a recolher	(69)	(207)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	14.188	(4.985)
Juros pagos	(13.415)	(23.265)
Impostos pagos sobre o lucro	(814)	-
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(41)	(28.250)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(18.715)	(119.674)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(18.715)	(119.674)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	370.000
Pagamento de principal em empréstimos e financiamentos	-	(376.906)
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.043	35.030
Aumento de capital social	15.557	116.950
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	19.600	145.074
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	844	(2.850)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	690	3.540
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.534	690
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	844	(2.850)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. Contexto operacional

A Verde 2 Energética S.A. ("Companhia" ou "Verde 2") é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Rio Verde – GO, com principal atividade econômica vinculada à geração de energia elétrica e irá operar na modalidade PCH – Pequena Central Hidroelétrica.

A Companhia sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás ("PCH Verde 2 Baixo"), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24/01/2020.

No escopo de principais exigências regulatórias está a construção da PCH Verde 2 Baixo, localizada às coordenadas 17° 16' 1,65" S e 50° 51' 45,21" W, no Rio Verde, na sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, com potência instalada de 22.500kW, conforme especificações contidas no projeto técnico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.960, de 22/11/2013, bem como da autorização para sua exploração constante na Resolução Normativa nº 4.821, de 02/09/2014, no projeto básico aprovado pelo Despacho nº 154, de 18/01/2017, e parâmetros da garantia física fixada por meio do Despacho nº 3.046, de 19/09/2017.

Como forma de garantir a composição dos recursos destinados ao período de construção, a Verde 2 Energética, em conjunto com o Banco Santander S.A. realizou, em 15 de abril de 2025, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

A emissão foi realizada com base na Portaria nº 1.127 do Ministério de Minas e Energia, de 16 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2022, considerando o enquadramento do projeto como prioritário pelo MME. O montante captado foi de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais). O investimento total no empreendimento alcançou o montante de R\$ 508.278, com os valores restantes provenientes de recursos próprios dos acionistas.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Em novembro de 2024, teve início a operação em teste da UG 04, sendo posteriormente autorizada a operação comercial pelo despacho da ANEEL 3.587, de 25 de novembro de 2024. As Unidades Geradoras (UGs) 1 a 3 receberam autorização para operação em teste em 9 de novembro de 2024, com liberação para operação comercial a partir de 8 de fevereiro de 2025, conforme despacho da ANEEL nº 325 de 07 de fevereiro de 2025.

Em abril de 2025, foi concluído o processo de unitização, etapa na qual os bens, direitos e instalações identificados e controlados durante a fase de construção da PCH foram devidamente inventariados, avaliados e estruturados em Unidades de Cadastro (UC) e Unidades de Adição e Retirada (UAR), em conformidade com a regulamentação setorial aplicável.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 6.333 (R\$ 8.544 em 31 de dezembro de 2024) e prejuízos acumulados de R\$ 236.993 (R\$ 118.444) em 31 de dezembro de 2024).

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia conta com o suporte financeiro dos seus acionistas no qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Foram adotadas também as exigências regulatórias não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2022, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação destas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas são usadas para, entre outros, para as provisões de demandas judiciais, mensuração ao valor justo, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment). Baseado nesse fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por essas estimativas (vide detalhes na Nota 3.13.3).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

3.2. Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.3. Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE").



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

O saldo do contas a receber relacionado a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

A partir da entrada em operação, foi concluído o processo de unitização, etapa na qual os bens, direitos e instalações identificados e controlados durante a fase de construção da PCH foram devidamente inventariados, avaliados e estruturados em Unidades de Cadastro (UC) e Unidades de Adição e Retirada (UAR), em conformidade com a regulamentação setorial aplicável.

O processo de unitização e de cadastramento dos bens foi realizado de forma concomitante à transferência contábil dos saldos registrados no Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço, refletindo o início da operação comercial dos ativos e sua disponibilidade para uso. A documentação comprobatória e a memória de cálculo dos procedimentos adotados na unitização são suportadas pelas informações constantes do Inventário Físico dos bens e pelas Ordens em Curso que originaram os respectivos investimentos.

A partir da entrada em operação, o controle do ativo imobilizado da PCH Verde 2 passou a observar integralmente as diretrizes e critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), em atendimento às disposições da Resolução



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, assegurando a adequada rastreabilidade, segregação, controle e depreciação dos ativos regulatórios.

Os bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis, as quais estão aderentes àquelas previstas na resolução citada anterior, limitados ao prazo remanescente de concessão.

3.5. Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.6. Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (“PLD”).

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

3.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.10. Capital Social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia é optante pelo lucro presumido.

A tributação sobre o lucro presumido compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado utilizando a alíquota de 15% sobre a presunção de lucro às bases, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada à alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo não circulante, quando o vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, caso contrário serão classificados no passivo circulante.

A captação de recursos destina-se a capitalização dos custos de obras de implantação de usinas solares, bem como à aquisição de máquinas e equipamentos para a consecução dos objetivos sociais da Companhia, controladas em conjunto e suas controladas.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, controladas em conjunto e suas controladas relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

3.13. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

3.13.1. Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.13.2. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 9 - Instrumentos financeiros.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

3.13.3. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A cada data de apresentação das demonstrações financeiras a Administração da Companhia apura se há indicação de perda no seu valor recuperável nos valores contábeis dos ativos não financeiros (imobilizado). Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

O cálculo realizado para testar a recuperabilidade dos ativos levou em consideração o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo da concessão, para tanto, o fluxo de caixa projetado foi descontado à taxa de 11,70% a.a. .Calculada pelo modelo WACC (Weighted Average Cost of Capital) móvel, bem como utilizada a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (após estudo de recuperação fiscal).

No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de PLD mais aderentes à realidade atual da geração. De forma geral o modelo de cálculo levou em consideração as seguintes premissas: metodologia de fluxo de caixa descontado – abordagem da receita; período de projeção de janeiro de 2025 a dezembro de 2054; taxa de desconto WACC volume físico de energia; tarifas; custos e despesas (projetado por IPCA); entre outras medidas intrínsecas ao negócio.

Foram identificadas evidências de perda ao valor recuperável de ativos não financeiros da Companhia e o teste efetuado indicou a necessidade de provisão sobre o ativo imobilizado (vide nota 8).

A perda foi calculada considerando a atualização dos custos e a revisão das projeções de geração de receita, conforme os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigente, notadamente o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

3.14. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos ativos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros na data da negociação na qual se torna parte das disposições contratuais do instrumento.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente, ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão dos instrumentos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando as empresas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pelas empresas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, em decorrência do seu modelo de negócio e características dos instrumentos financeiros ativos, classifica tais instrumentos como custo amortizado.

Os ativos financeiros compreendem: caixa e equivalentes de caixa e outros ativos.

ii) Reconhecimento, classificação, mensuração e desreconhecimento dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais é reconhecida no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

termos modificados é reconhecido a valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantinha somente passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros mensurados a custo amortizado compreendem: fornecedores e outros passivos.

iii) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

demonstrações financeiras da Companhia.

3.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1)



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

– Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.

Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não rerepresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3.17. Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório.

A Companhia segue monitorando os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras para divulgação nas notas explicativas os principais julgamentos envolvidos.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	1.336	603
Aplicação financeira	198	87
	<u>1.534</u>	<u>690</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário ("CDB"), compromissadas, em renda fixa com remuneração de 95% do CDI (100% em 2025).

5. Concessionárias, Permissionárias e Clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comercializadoras	4.106	-
	<u>4.106</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo a receber de R\$ 4.106 referente à venda de energia comercializada no leilão A-3. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam créditos vencidos. Não há provisão para crédito de liquidação duvidosa a ser registrada.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

6. Imobilizado e intangível

a) Composição

Descrição	Taxa média anual de depreciação	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		506.368	(12.924)	493.444	201
Terrenos (depósito judicial)	3,37%	28.396	(718)	27.678	-
Reservatório, barragens e adutoras	3,37%	291.865	(7.377)	284.488	-
Edificações	3,69%	34.741	(903)	33.838	-
Equipamentos de informática	16,67%	56	-	56	-
Veículos	12,25%	1.002	(57)	945	201
Móveis e Utensílios	6,25%	26	(1)	25	-
Máquinas e Equipamentos	4,19%	150.282	(3.868)	146.414	-
Imobilizado em curso		14.695	-	14.695	501.028
Terrenos		13.551	-	13.551	33.831
Reservatório, barragens e adutoras		-	-	-	61.513
Edificações		-	-	-	340.247
Móveis e Utensílios		-	-	-	159
Máquinas e Equipamentos		421	-	421	24.751
Material em depósito		723	-	723	-
Adiantamentos		-	-	-	40.527
Perda ao valor recuperável		(220.749)	-	(220.749)	(115.513)
Total imobilizado		300.314	(12.924)	287.390	385.716
Intangível em serviço		122	(18)	104	-
Software	20%	122	(18)	104	-
Intangível em curso		3.831	-	3.831	51
Software		155	-	155	51
Servidão (depósito judicial)		2.506	-	2.506	-
Servidão		1.170	-	1.170	-
Total intangível		3.953	(18)	3.935	51
Total geral		304.267	(12.942)	291.325	385.767



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

b) Movimentação

	Taxa de depreciação a.a.	Saldo em 31.12.2023	Adições	Depreciações	Saldo em 31.12.2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2025
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM CURSO										
Terrenos (depósitos judiciais) (a)		14.421	19.410	-	33.831	2.449	(1.614)	-	(21.115)	13.551
Edificações		286.768	53.479	-	340.247	-	(2.064)	-	(338.183)	-
Veículos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios		9	150	-	159	-	-	-	(159)	-
Máquinas e Equipamentos		1.564	23.187	-	24.751	-	(53)	-	(24.277)	421
Material em depósito		-	-	-	-	50	-	-	673	723
Adiantamento para imobilizado		38.192	2.335	-	40.527	-	-	-	(40.527)	-
Infraestrutura		22.571	38.942	-	61.513	-	-	-	(61.513)	-
Servidão		-	-	-	-	79	-	-	1.091	1.170
Servidão (depósitos judiciais) (a)		-	-	-	-	33	-	-	2.473	2.506
Software		-	51	-	51	168	(5)	-	(59)	155
Total das imobilizações em curso		363.525	137.554	-	501.079	2.779	(3.736)	-	(481.596)	18.526
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL EM SERVIÇO										
Terrenos	3,37%	-	-	-	-	-	-	(718)	28.396	27.678
Reservatório, barragens e adutoras	3,37%	-	-	-	-	16.696	-	(7.377)	275.169	284.488
Edificações	3,69%	-	-	-	-	4.009	-	(903)	30.732	33.838
Equipamentos de informática	16,67%	-	-	-	-	56	-	-	-	56
Veículos	12,25%	249	55	(103)	201	795	(127)	(57)	132	944
Móveis e Utensílios	6,25%	-	-	-	-	23	-	(1)	4	26
Máquinas e Equipamentos	4,19%	-	-	-	-	3.240	-	(3.867)	147.041	146.414
Software	20%	-	-	-	-	-	-	(18)	122	104
Perda ao valor recuperável (b)		-	(115.513)	-	(115.513)	(105.236)	-	-	-	(220.749)
Total das imobilizações em serviço		249	(115.458)	(103)	(115.312)	(80.417)	(127)	(12.941)	481.596	272.799
TOTAL DO IMOBILIZADO		363.774	22.096	(103)	385.767	(77.638)	(3.863)	(12.941)	-	291.325



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Durante o exercício findo em dezembro de 2025 foram capitalizados ao custo do ativo imobilizado, até a entrada em operação, o montante total de R\$ 8.762 (R\$17.496 em 2024), líquido das receitas financeiras, referente aos custos de empréstimos captados para construção da pequena central hidrelétrica.

(a) Os depósitos judiciais em casos de servidão administrativa e terrenos para usinas hidrelétricas são mecanismos legais utilizados para garantir a justa indenização ao proprietário do terreno, permitindo, ao mesmo tempo, que a concessionária de energia tome posse da área para instalação de linhas de transmissão e outras infraestruturas essenciais. Esse processo é necessário quando não há acordo amigável, configurando uma intervenção do Estado na propriedade privada por utilidade pública.

(b) Provisão para redução ao valor recuperável

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia procede, ao final de cada exercício social, à avaliação da existência de indicativos de desvalorização de seus ativos, com o objetivo de identificar a necessidade de realização de testes de recuperabilidade. Essa avaliação considera, de forma integrada, fontes internas e externas de informação, incluindo, entre outros fatores, variações nas taxas de juros, alterações nas condições de mercado, desempenho operacional e revisões de premissas econômicas e financeiras.

No exercício de 2025, em continuidade ao processo de monitoramento do valor recuperável dos ativos vinculados à PCH Verde 2 Energética S.A., a Administração realizou um novo teste de impairment, motivado principalmente (i) por acréscimos adicionais nos custos totais de implantação do empreendimento, (ii) por uma perda pontual de receita observada no primeiro mês de operação comercial, decorrente de fatores operacionais específicos desse período inicial, e (iii) pela revisão da taxa média ponderada de custo de capital (WACC) que resultou em um aumento da taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa projetados, não representando, isoladamente, uma deterioração estrutural da capacidade de geração de caixa de longo prazo do empreendimento.

A avaliação do valor recuperável foi efetuada com base no valor em uso dos ativos, determinado a partir da atualização dos fluxos de caixa futuros projetados, considerando as melhores estimativas da Administração quanto à geração de energia, preços, custos operacionais, investimentos remanescentes e a taxa de desconto compatível com os riscos específicos do empreendimento. A revisão da WACC refletiu a atualização das premissas financeiras relativas à estrutura de capital, ao custo do capital próprio e ao custo da dívida, em consonância com as condições de mercado vigentes.

Como resultado do teste de recuperabilidade, constatou-se que o valor contábil dos ativos excedia o respectivo valor recuperável, exigindo o reconhecimento de perda por impairment. No exercício de 2024, foi registrada perda no montante de R\$ 115.513. No exercício de 2025, em decorrência



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

de atualização das premissas e dos valores capitalizados no exercício sem cobertura do valor de uso, verificou-se a necessidade de reconhecimento de perda adicional no valor de R\$ 105.236, complementar àquela anteriormente registrada.

Os fatores considerados pela Companhia incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

O cálculo realizado para testar a recuperabilidade dos ativos levou em consideração o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo da concessão, para tanto, o fluxo de caixa projetado foi descontado à taxa de 11,70% a.a., calculada pelo modelo WACC (Weighted Average Cost of Capital) móvel, bem como utilizada a alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social (após estudo de recuperação fiscal).

A Administração segue acompanhando de forma contínua o desempenho operacional e financeiro da PCH Verde 2, bem como a evolução das condições de mercado e regulatórias, adotando as medidas necessárias para mitigar os impactos identificados e preservar a geração de valor do ativo. Todos os registros contábeis foram efetuados observando os princípios da prudência, consistência e transparência, de modo que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira e o desempenho do empreendimento.

7. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar aquisição de terrenos	1.015	1.015
Maquinários e outros serviços (a)	5.770	4.702
	6.785	5.717

8. Empréstimos e Financiamentos

Modalidade	Moeda	Taxas contratuais	Índice	31/12/2025	31/12/2025
Debêntures	BRL	7,60%	CDI	180.451	170.663
Total				180.451	170.663
Circulante				5.832	3.409
Não circulante				174.619	167.254

Para garantir os recursos necessários para o período de construção, a Verde 2 Energética, em parceria com o Banco Santander S.A., realizou, no dia 15 de abril de 2024, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

fidejussória com vencimento em 2040. A emissão foi realizada com base na Portaria nº 1.127 do Ministério de Minas e Energia, de 16 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2022, considerando o enquadramento do projeto como prioritário pelo MME.

O montante captado foi de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), com incidência de juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acrescido de spread de IPCA + 7,6% ao ano. O pagamento dos juros remuneratórios será semestralmente nos meses de abril e outubro, e a amortização ocorrerá em 29 parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de abril de 2026 e a última na data de vencimento.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Principal	170.000	170.000
Juros incorridos	16.658	7.565
Custos de transação	(6.207)	(6.902)
	<u>180.451</u>	<u>170.663</u>

O investimento total no empreendimento alcançou em 2025 o montante de R\$ 510.494, com os valores restantes provenientes de recursos próprios dos acionistas. O recurso foi utilizado substancialmente para financiamento das obras de construção da Usina.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por recursos financeiros mantidos em conta corrente bancárias da instituição financeira cedente e por avais e fianças dos acionistas.

Covenants

As debêntures contêm cláusulas de covenants que estabelecem que, ao final de cada exercício social, determinados índices devem ser atingidos, como: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), a ser medido para a Verde 2, e (ii) Dívida Líquida/EBITDA, a ser medido para a Brasal Participações, até a conclusão financeira.

Esses índices restritivos devem ser atingidos com base nas informações financeiras da Verde 2 S.A. e nas informações financeiras do grupo econômico da Brasal, os quais são monitorados periodicamente pela administração do grupo por meio dos seus departamentos de controladoria, a fim de assegurar o cumprimento dos requisitos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há evidências de descumprimento dos covenants.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Cronograma de amortização da dívida

	<u>31/12/2025</u>
2026	7.564
mais de 2027	<u>179.094</u>
Total	<u>186.658</u>

Movimentação do saldo

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou a seguinte movimentação nos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Saldo inicial	<u>170.663</u>
(+) Juros provisionados e custo de transação	23.203
(-) Juros pagos	<u>(13.415)</u>
Saldo final	<u>180.451</u>

9. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 350.587 (R\$ 300.000 em 2024) dividido em 322.856.334 (300.000.000 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, distribuído da seguinte forma:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Brasal Energia S.A.	291.910.075	316.982.726	90%	266.979.838	266.980	88%
ES Participações - EIRELI	30.946.259	33.604.274	10%	33.020.162	33.020	12%
	322.856.334	350.587.000	100%	300.000.000	300.000	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº6.404/76, limitado a 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em virtude dos prejuízos acumulados pela Companhia, não houve constituição de reserva legal.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram atribuídos, declarados ou distribuídos dividendos aos acionistas uma vez que a Companhia apurou prejuízos em sua fase pré-operacional, iniciando suas atividades comerciais a partir de 2025, conforme contextualizado na Nota 1.

10. Receita líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta:		
Suprimento de energia	27.125	-
Energia elétrica de curto prazo	2.950	21
	30.075	21
Deduções:		
(-) Impostos sobre serviços	(1.107)	(1)
	(1.107)	(1)
Total	28.968	20

- (a) As receitas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado ("ACR"), conforme participação ocorrida no Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração ("LEILÃO"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 18 de outubro de 2019, conforme o Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL. Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

11. Custos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo de venda de energia e dos serviços prestados	(3.109)	-
Custo de compra de energia	(4.244)	-
Custos gerais e administrativos	(866)	-
Custo depreciação e amortização (a)	(12.934)	-
	(21.153)	-

- (a) Em abril de 2025, foi concluído o processo de unitização, etapa na qual os bens, direitos e instalações identificados e controlados durante a fase de construção da PCH foram devidamente inventariados, avaliados e estruturados em Unidades de Cadastro (UC) e Unidades de Adição e Retirada (UAR), em conformidade com a regulamentação setorial aplicável. Após a unitização os bens são classificados como AIS – Ativos em Serviços com depreciação iniciada em 08 de abril de 2025.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

12. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas administrativas		
Consumos diversos	(138)	(109)
Depreciação e amortização	(37)	(103)
Despesas com pessoal e encargos	(585)	-
Serviços tomados	(1.692)	-
Viagens e deslocamentos	(84)	-
Despesas legais/judiciais	(39)	-
	(2.575)	(212)

13. Outras Receitas (despesas)

	2025	2024
Outras receitas (despesas)		
Venda ativo imobilizado	117	41
Outras despesas	(3.752)	-
Diversas	65	-
	(3.570)	41

14. Resultados financeiros

	2025	2024
Receita financeira		
Variação Monetária Ativa	875	9.551
Outras receitas financeiras	8	167
	883	9.718
Despesa financeira		
Encargos empréstimos	(14.638)	-
Juros e despesas bancárias	(23)	(57)
IOF	(21)	-
Outras despesas financeiras	(47)	(6.327)
	(14.729)	(6.384)
Resultado financeiro líquido	(13.846)	3.334



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

15. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025			31/12/2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita de Serviços	30.075	30.075	30.075	21	21	21
(%) Presunção	8%	12%		8%	12%	
Base de cálculo antes das receitas financeiras	2.406	3.609		2	3	
Receitas financeiras/outras	875	875	875	9.720	9.720	9.720
Base de cálculo	3.281	4.484		9.741	9.741	
Alíquota	15%	9%		15%	9%	
Imposto apurado	(469)	(379)	(848)	(1.461)	(877)	(2.338)
Imposto adicional – 10%	(289)	-	(289)	(959)	-	(959)
Despesas com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(758)	(379)	(1.137)	(2.420)	(877)	(3.297)

16. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, outros ativos e fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- (ii) Outros ativos: corresponde aos valores apresentados nas demonstrações financeiras;
- (iii) Fornecedores: os valores estimados para as obrigações com fornecedores decorrentes da contratação de serviços e aquisição de material;
- (iv) Instrumentos derivativos: a Companhia não participa em operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Risco de crédito e taxa de juros

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total do passivo	187.844	176.810
Caixa e equivalentes de caixa	1.534	690
Dívida líquida	186.310	176.120
Total do Patrimônio Líquido	117.638	216.586
Índice de alavancagem	1,58	0,81

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia, que se encontra em fase pré-operacional, conta com o suporte financeiro dos seus acionistas no qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.

A Companhia busca manter o nível de "Caixa e Equivalentes de caixa" e outros investimentos em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. Abaixo o cronograma de pagamento dos passivos financeiros da Companhia:



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2025	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 12 a 24 meses
Fornecedores	6.785	6.785	6.785	-
Empréstimos e financiamentos	180.451	180.451	5.832	174.619
Total	187.236	187.236	12.617	174.619

Sensibilidade relativa a ativos e passivos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada abaixo. O ativo e passivo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI e IPCA, respectivamente. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações nos índices, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2025, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2025 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações - CDI	7.463	7.463	7.463
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	142	107	71
Variação (R\$)	-	(35)	(36)
Empréstimos - IPCA	180.450	180.450	180.450
Taxa sujeita à variação	4,06%	5,08%	6,09%
Despesa financeira projetada	7.326	9.167	10.989
Variação (R\$)	-	1.841	1.822

Valor justo de instrumentos financeiros

As tabelas abaixo demonstram os principais ativos e passivos financeiros da Companhia, e a comparação da classificação em custo amortizado e a comparação com os respectivos montantes estimados de valor justo.



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	1.534	-	690	-
Clientes	4.106	-	-	-
Tributos a recuperar	318	-	318	-
Adiantamento a funcionários	6	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	234	-	-	-
Outros ativos	7.265	-	6.621	-
	13.463	-	7.629	-
Passivos Financeiros				
Fornecedores	6.785	-	5.717	-
Obrigações tributárias	527	-	274	-
Obrigações trabalhistas	46	-	150	-
Empréstimos e financiamentos	180.451	-	170.663	-
	187.809	-	176.804	-

17. Seguros

A Companhia dispõe de seguro patrimonial e de cobertura de riscos de engenharia entendidos pela Administração como suficientes para cobrir eventuais riscos ligados ao empreendimento em andamento. A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2025 é composta conforme quadro abaixo:

Risco assegurado	Valor do risco segurado	Vigência
Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	8.647	17/12/2026
Seguro automotivo	134	17/02/2027



Verde 2 Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se de outra forma mencionado)

18. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Brasal Energia S.A., uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, Brasil, que por sua vez tem como controlador direto a Brasal Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve pagamentos de remuneração do pessoal chave da Administração. Além disso, a Companhia realiza reembolso de rateio de despesas com o controlador final, Brasal Participações.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Brasal Participações S/A	-	54	568	-	-	-
	-	54	568	-	-	-